

Baixada do Ambrósio: Representações da polícia e concepções de direito

Ana Caroline Bonfim Pereira (Universidade Federal do Amapá- UNIFAP)

Resumo: Esta pesquisa é resultante de trabalho de conclusão de curso, que tem o objetivo de analisar como os moradores da área da Baixada do Ambrósio percebem as ações empreendidas pelo Batalhão de Operações Especiais do Amapá (BOPE), no ano de 2014. Problematizando qual limite entre o uso da força e violência policial. Pretende compreender as concepções construídas socialmente de direito e justiça pelos moradores da Baixada do Ambrósio, que neste contexto se diferem das concepções do direito positivado, pois se baseia na subjetividade dos interlocutores. A Baixada do Ambrósio está localizada na região portuária do município de Santana-AP, sendo densamente povoada por parcela da população socioeconomicamente vulnerável do local, ocupando uma imensa faixa de várzea, também conhecida como área de ressaca ou área de ponte. A metodologia aplicada foi de entrevistas com questões semiestruturadas, direcionadas especificamente sobre a maneira como aqueles moradores significam a presença do BOPE na região, foram realizadas entrevistas com 15 moradores e observação participante, além de entrevista com o comandante do BOPE/AP. Foram realizadas visitas ao 6º Batalhão da Polícia Militar e ao Batalhão de Operações Especiais do Amapá. Constatou-se que o não reconhecimento à condição moral dos moradores por parte da polícia consiste na maior reclamação dos moradores e que revelam concepções locais sobre direito e justiça, para os moradores as ações do BOPE/AP não são violentas quando empreendidas contra os “bandidos”, tais atuações possuem o apoio dos moradores, os quais esperam que os agentes do BOPE “livrem” a sociedade dos bandidos. Mas quando direcionadas à “pessoa de bem” que consiste no “trabalhador” estas ações passam a ser significadas como violentas e desrespeitosas, existe entre os moradores uma seletividade de quem pode ou não sofrer violência por parte dos agentes do Estado. Portanto as ações que resultam em mortes de “criminosos” são vistas como normais, as atuações do BOPE agradam por representarem um “resultado rápido”, ou seja, o extermínio do inimigo. O que eles criticam não é a violência policial, mas sim a falta critério/seletividade nas abordagens. Para compreensão das categorias locais “pessoa de bem” e “respeito” utiliza-se autores como Marcus Cardoso, Alba Zaluar e Luís Roberto Cardoso de Oliveira

principalmente para o entendimento do insulto moral, dialogando com a Antropologia do Direito.

A Baixada do Ambrósio localiza-se no município de Santana, tem sua criação ligada à instalação da empresa mineralógica Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), neste período iniciou-se a construção da ferrovia Santana/Serra do Navio no Estado do Amapá, a construção da ferrovia objetivava transportar os operários e o carregamento de minério. Consequentemente Santana teve um grande crescimento populacional.

Com objetivo de conseguir empregos e bons salários, muitas pessoas, como populações ribeirinhas e diversos migrantes principalmente do Estado do Pará e do Nordeste deslocaram-se para Santana-AP, e isso gerou o aumento desordenado da cidade, gerando bolsões de miséria, viajantes, ribeirinhos alojaram-se em pequenos barracos, palafitas, formando, assim, o que mais tarde seria a Baixada do Ambrósio. E junto com o “desenvolvimento” do município de Santana, houve o crescimento do comércio informal e ilícito, casas de prostituição, drogas entre outros. O projeto da empresa mineralógica Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) trouxe variados problemas sociais para região.

A escolha da Baixada do Ambrósio deu-se por ser uma região com atuações do BOPE, que tiveram grande repercussão na sociedade amapaense, a área é apontada como uma zona sensível por possuir uma grande concentração de tráfico de drogas, pois sobre a mesma foram registrados altos índices de criminalidade nos anos de 2011 a 2013, de acordo com os dados do Centro Integrado de Operações de Defesa Social – CIODES da Polícia Militar do Amapá. Nessa área foram empreendidas grandes operações policiais (“Sophia 2”, “Berinjela”, “Apocalipse” e “saturação”); sendo a última, de preparação para a implantação da Unidade de Policiamento comunitário (UPC); e outras atuações recorrentes de apreensão de grandes quantidades de drogas e prisão de criminosos.

As casas são de madeira, algumas com pedaços de papelão e panos, são do tipo palafitas erguidas na água, esse tipo de construção é comum em áreas alagadiças ou área de várzea, as casas são muito próximas, reunidas por aglomeração, entre igrejas, banca de vendedores informais, pequenos comércios, bateadeiras de açaí e venda de alimentos prontos, todas interligadas por pontes de madeira, havendo uma única via principal em concreto. As condições habitacionais pioram pela grande quantidade de lixo acumulado e água poluída, emitindo odor desagradável em toda a Baixada do Ambrósio, a poluição é uma das

reclamações dos moradores que sofrem em decorrência da poluição e conseqüente risco de doenças.

A metodologia aplicada foi de entrevistas com questões semiestruturadas, direcionadas especificamente sobre a maneira como os moradores significam a presença do BOPE na região, foram realizadas entrevistas com 15 moradores e observação participante, além de entrevista com o comandante do BOPE/AP. Também foram realizadas visitas ao 6º Batalhão da Polícia Militar e ao Batalhão de Operações Especiais do Amapá.

O Batalhão de Operações Especiais (BOPE) foi criado em 1978, após ganhar força a ideia de que a polícia militar necessitava de um grupo especial para atuar em situações de crise. Entre as suas missões estão o combate ao crime organizado, a captura de “delinquentes” fortemente armados, o resgate de reféns e a contenção de rebeliões, entre outras operações de alto risco. Para tanto, os policiais recebem uma formação diferenciada, voltada para operações de “guerra” urbana, que inclui um processo severo de seleção e treinamento¹.

De acordo com histórico disponibilizado pelo BOPE/AP, o Batalhão surgiu de uma necessidade e observância do Comando da Polícia Militar do Estado do Amapá, principalmente ao ver que em outros estados já se utilizava tropa especializada para ações mais complexas. Então no ano de 2002, iniciaram os trabalhos para a criação e efetivação do BOPE/AP.

Para situações em que se exige uma abordagem diferenciada, um treinamento tático mais complexo o BOPE é acionado. Fato notório que algumas vezes os “criminosos” são alvejados e mortos pelos policiais, o que rende uma fama ao BOPE de polícia que está “autorizada” a matar. As conseqüências dessas ações são o que geram a popularidade desses policiais, que são tratados como verdadeiros “heróis”, que livram a sociedade de “pessoas más”. O BOPE é considerado uma tropa de elite que se distingue dos demais integrantes da corporação policial militar e da polícia civil em razão de sua alta qualificação técnica.

Significação da violência e antropologia do direito

Nas primeiras visitas ao campo observou-se outra dinâmica social, concepções de violência, direito e justiça que se diferenciavam das concepções do direito positivado, e para entendimento dessa lógica procurou-se apoio na antropologia do direito, que foi importante interpretar uma complexa rede de representações e significações.

¹ [www.policiamilitar.rj.gov.br/bope] Acesso em 27 /09 /2013

Neste sentido, Cardoso de Oliveira (2010) explica que o olhar etnográfico e a ênfase da perspectiva antropológica na dimensão simbólica dos direitos, os dilemas da justiça, da cidadania, e dos direitos são de muito difícil apreensão quando o intérprete não enfoca adequadamente a maneira como as respectivas questões são vividas pelos atores, ou como elas ganham sentido nas suas práticas, e motivam determinados padrões de orientação para a ação.

Na região diversas estratégias foram adotadas para proteção contra o crime, os moradores acreditam que vivenciam situações de riscos constantes, a ideia de risco está ligada aos perigos futuros de uma determinada ação (social ou individual), por isso não deixa de ter relação com a ideia de medo, os fatores que provocam o medo contínuo, é a incerteza e a insegurança. (Cf. BRITO, 2005, p.47).

Diante da sensação de medo e insegurança, e a ausência de policiamento, os entrevistados explicam que evitam sair de casa como forma de manter sua proteção, como explica a moradora “G” indignada por não poder sair por causa da violência no local: “A única coisa que se pode fazer é ficar dentro de casa e não sair, quando eu saio não levo celular eu não levo nada, as pessoas me ligam reclamando que eu não atendo, ai eu digo: se vocês morassem aqui iam entender. Nem cordão, pulseira, nada mesmo, deixo tudo em casa e vou só com a roupa”.

O enclausuramento do corpo é algo comum entre os moradores que como mecanismo de proteção não saem de casa, privam-se de diversas atividades fora do local, o enclausuramento em resposta ao medo do crime, portanto os moradores anseiam pela intervenção preventiva e contínua da polícia, para eles a polícia atua de forma ineficiente na área, os moradores expressam o desejo de uma polícia mais ágil, cita-se recorrentemente o BOPE, que para muitos seria a solução para extirpar a violência.

A relação entre crime e insegurança, traduzida no medo da vitimização, é apenas uma das mazelas do homem urbano que, nessa neurose cotidiana, reivindica ações públicas de prevenção criminal, como a intensificação do policiamento ostensivo e a pena de morte, além da adoção de mecanismos de proteção individual. Entretanto, o medo do crime também está associado à prática policial, tornando indispensável a análise dos mecanismos formais de proteção social nos estudos do crime e do medo. (FELIX, 2009, p.157)

Os pobres estão cada vez mais isolados em guetos. A guetificação é paralela e complementar à criminalização da pobreza. O gueto e as prisões são uma forma de força

“para prender os indesejáveis ao chão”, mantendo-os confinados e imobilizados. O perigo, alerta BAUMAN (2009, p.111), é que “um gueto não é um viveiro de sentimentos comunitários. É, ao contrário, um laboratório de desintegração social, atomização e de anomia”. (BRITO, 2005, p.63). O medo do crime e a produção de estereótipos de outros perigosos, os pobres, são outras dimensões do mesmo processo. (CALDEIRA, 2000, p.338) .

Representações da polícia, BOPE esperança e concepções de direito.

No final do ano de 2012, o Estado adotou uma nova política de segurança pública na área com a implantação da Unidade de Policiamento Comunitário (UPC). O policiamento comunitário surgiu na década de 1980, com a ideia de estabelecer uma polícia cidadã, uma polícia que tenha respeito aos direitos humanos e o atendimento às reais necessidades da comunidade. Não obstante, os moradores já começaram a criticar a atuação da PM/AP: “A polícia só vinha no início da UPC, no primeiro mês, agora nem vem mais, só entram aqui quando a briga termina, levam muitas vezes só a pessoa morta”. (Entrevistado A).

Dessa maneira, os moradores reclamam do descaso da Unidade de policiamento comunitário que foi implantada para atender aquela região, dizem que antes as rondas eram feitas constantemente, no primeiro mês de funcionamento, melhorou a vida dos moradores, os assaltos diminuíram, para eles a polícia age com descaso, pois não atende as demandas da comunidade quando é acionada, quando atendem, deslocam-se depois de horas. Revela uma moradora angustiada com sua situação:

“Eu tô sendo ameaçada, não posso chamar a polícia porque eles não fazem nada, tem medo de entrar aqui, e quando a gente chama eles (policiais da UPC), ainda demoram mais de 30 minutos, só vem pra tirar os corpos, me sinto desrespeitada, e às vezes a gente liga eles dizem: deixa eles se matar. Já o BOPE eles possuem uma fama, entram pra agir, eu gosto porque eles fazem acontecer”. (Entrevistada B).

Portanto, o BOPE ganha evidência aos olhos dos moradores devido à falta de atendimento da UPC, tornando-se assim necessários a sua atuação para atender as demandas daqueles moradores. Segundo eles, a tranquilidade só é possível com as incursões do BOPE, “é uma noite que se pode dormir em paz”, pois os criminosos não atuam com a mesma frequência nos dias que acontecem e sucedem às operações. Só o ambiente calmo depois das operações do BOPE na região para os moradores já constitui um resultado, mesmo que provisório.

Para os moradores a polícia age com descaso e desrespeito aos direitos fundamentais dos moradores na região, já quando o BOPE entra na Baixada com todo o armamento, alguns moradores revelam ter receio pelo risco de serem alvejados nas ações. Sobre falta de segurança dos residentes da Baixada, um morador fala sobre o seu desconforto:

“Eu tô acostumado, só me sinto desconfortável por morar onde não tem segurança, a polícia tem mais medo de nós do que nós dela, o BOPE vem aqui só em casos extremos, em que só o BOPE pode resolver, "usam" da autoridade, quando eles entram todo mundo corre pras suas casas, eu fico com receio, com medo de bala perdida. O BOPE generaliza, acha que todo mundo é igual, não divide quem é honesto, trabalhador e quem não é, a violência com os bandidos, traficantes é normal, depois que nós não vemos mais eu já não sei, o que é ruim porque as outras pessoas honestas podem sair feridas daqui quando isso acontece”. (Entrevistado C).

Em diversas falas, os moradores da Baixada do Ambrósio exprimem as dificuldades de morar naquela região, principalmente porque querem ser respeitados pela polícia, querem ser vistos como cidadãos, afirmando que a visão existente na sociedade é que todos que residem na Baixada são bandidos ou envolvidos em criminalidade, embora, a maioria seja de trabalhadores, o trabalho é a referência na Baixada para “pessoas de bem”, percebe-se, dessa forma a demanda por reconhecimento.

A “pessoa de bem” é a identidade do trabalhador, sempre em oposição ao bandido que não trabalha, ou que opta pela vida rotulada criminosa. Alba Zaluar explica que o trabalho é um critério fundamental de diferenciação entre as categorias, no entanto não constitui que essa oposição seja rígida e absoluta, ou que exista, uma segregação claramente demarcada separando-os completamente. Revela que as relações entre trabalhadores e bandidos são muito mais complexas e ambíguas, tanto no plano das representações que a atividade criminosa tem para os trabalhadores, como nas práticas desenvolvidas entre eles. Esta ética de trabalho não advém do valor moral da atividade em si. É a ética de provedor de sua família, que permite ao trabalhador sentir-se no seu íntimo e aparecer em público como moralmente superior ao bandido. (ZALUAR, 1994).

Essa relação de diferenciação entre trabalhadores e bandidos forma a identidade de trabalhador e suas representações sobre crime, justiça e direitos. A violência policial é julgada pela concepção universal de justiça como um crime, mas a avaliação moral deste ato depende de quem foi violentado e em que circunstância ocorreu o ato.

A experiência do desrespeito estava ligada à visão de que determinada pessoa na favela, “trabalhadora” ou “de bem”, reconhecidamente não associada a comportamentos socialmente reprováveis, segundo os parâmetros locais, sofrera uma injustiça e tivera sua dignidade desconsiderada ou afrontada. Isso me permitiu concluir que meus interlocutores estavam demonstrando sua indignação com o não reconhecimento da condição moral diferenciada das “pessoas de bem” dentro das favelas, fosse pela polícia, fosse pelo tráfico. (CARDOSO, 2015).

O “respeito” de que tanto falam não corresponde ao respeito à norma, é sim o respeito à pessoa. Pessoa que, segundo eles, dependendo das suas escolhas, merece ter sua dignidade reconhecida por meio de tratamento adequado. Trata-se de uma concepção derivada da expectativa pelo reconhecimento daquilo que Cardoso de Oliveira (2011) chamou de “substância moral das pessoas dignas”. É isto que demandam e, cada vez mais recorrentemente, explicitam em palavras e atos. Dentro deste universo simbólico, o direito de ser tratado com respeito sinaliza o reconhecimento da condição moral da pessoa. (CARDOSO, 2012, p.113)

O reconhecimento, ou o direito de ser tratado com respeito e consideração, é o aspecto que melhor expressaria a dimensão moral dos direitos, e as demandas a ele associadas traduzem (grande) insatisfação com a qualidade do elo ou relação entre as partes, vivida como uma imposição do agressor e sofrida como um ato de desonra ou de humilhação (Cardoso de Oliveira, 2011).

O grau de aprovação do BOPE na Baixada do Ambrósio deve-se principalmente pela ineficiência de policiais que não pertencem ao BOPE, pois para esses moradores, o Batalhão de Operações Especiais está acima da Polícia Militar. Portanto neste artigo ao referir-se aos policiais militares, refere-se aos policiais que não pertencem ao BOPE. Como se constata na fala de um dos moradores:

“A polícia não resolve nada e não pega nada, porque aqui tem muita ponte e a polícia não da conta. O BOPE vem com tudo, mas eles vêm só por um caminho, e quando eles estão em uma entrada da baixada, os informantes ligam e os bandidos fogem, eu queria muito falar com essas pessoas de autoridades (BOPE) pra eles trazerem aquelas duas cachorras, que eles iam encontrar muita coisa na baixada” (Entrevistado D).

A forma como o BOPE age nessa área é vista como um espetáculo. A entrada do BOPE é sempre triunfal, com arsenal de armamentos, um cenário de guerra, do Estado contra o tráfico de drogas. O que rende a fama aos esses policiais de “heróis” que lutam contra a

criminalidade. Dessa forma um entrevistado manifesta-se: “O BOPE ajuda muito, eles são heróis, mas eles não pegam ninguém, ainda vão na casa errada, porque tem que pegar os que vendem e não só aqueles que usam” (Entrevistado F).

Assim, para os moradores da baixada o BOPE representa uma esperança que esses policiais são os únicos que podem resolver o “problema da violência” e a sensação de insegurança naquela região: “O BOPE é o BOPE, e os bandidos respeitam, já vem com aquele impacto, aquelas armas, correndo, ai já sabe que vai ter onda”. (Entrevistado H).

O BOPE representa a esperança da luta contra o mal, este fato produz o apoio às ações do BOPE na baixada “A polícia tem medo de entrar aqui, o BOPE já tem uma fama, entra pra agir, eu gosto porque eles fazem acontecer”. (Moradora E)

Outro aspecto registrado é a influência da mídia na criação de estereótipos sobre os residentes daquela área. Como demonstra um morador que sofre com os estigmas de ser morador da Baixada do Ambrósio:

“A mídia exagera sobre a baixada do Ambrósio, às vezes é verdade o que passa no jornal, mas nem sempre foi aquilo que exatamente aconteceu, ai eu sofro com o preconceito na escola, e em vários lugares, quando falo que sou desse bairro, levo na brincadeira”. (Entrevistado I).

É necessário também levar em conta que a mídia também contribui para a construção desses lugares e pessoas estereotipadas, segundo Michaud (*apud* BONAMIGO & FAVARETTO, 2011), a mídia produz realidades e a relação que as pessoas estabelecem com o mundo passa pelas imagens, que podem ser engendradas e distorcidas, gerando a insegurança nas pessoas mesmo sem elas terem sido vítimas de práticas violentas”, o que Bauman (2008) chama de medo derivado.

Conclusão

Para a maioria dos moradores da Baixada do Ambrósio entrevistados, as ações do BOPE não são violentas quando empreendidas contra os criminosos, tais atuações possuem o apoio dos moradores, os quais esperam que os agentes do BOPE “livrem” a sociedade dos bandidos, portanto as ações que resultam em mortes de criminosos são vistos como normais, pois é isso que se espera deles, um resultado rápido, o extermínio do inimigo. Os moradores da Baixada do Ambrósio não criticam a violência policial, mas sim a falta seletividade nas abordagens.

O não reconhecimento por parte da polícia à condição moral dos moradores é sentido como insulto moral, definida por Cardoso de Oliveira (2008, p.136) como uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e, sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro. O insulto aparece

então como uma agressão à dignidade da vítima, ou como a negação de uma obrigação moral que, ao menos em certos casos, significa um desrespeito a direitos,

A mídia por sua vez destaca as ações do BOPE enfatizando que tais ações visam eliminar os criminosos da sociedade, de certa forma ajudando a difundir na opinião pública que as ações do BOPE e o até mesmo o uso letal da força são justificáveis em razão do “bem” que os mesmos estão fazendo à sociedade.

Para os moradores da Baixada conviver com os vários tipos de crime se tornou algo rotineiro, portanto, faz parte do dia a dia dos mesmos, não sentem medo, nem mesmo comoção diante dos vários crimes de homicídio, latrocínio, assaltos recorrentes e confrontos de gangues que resultam em mortes. Portanto para esses moradores os episódios acima são banais, apenas sentem insegurança por estarem sujeitos aos efeitos colaterais desses crimes. Para eles o BOPE torna-se necessário, segundo os moradores, para coibir práticas de crime.

Pela observação em campo, percebe-se que a “maioria” dos moradores da Baixada não possui assistência e infraestrutura do Estado, como: saneamento, educação, saúde. Esses mesmos moradores sofrem violência do Estado decorrente das ações policiais, além de serem vítimas também do estigma e do preconceito da pobreza e criminalidade que lhes são atribuídos pelo conjunto da sociedade sobre os mesmos, e por fim são vítimas da violência dos criminosos da Baixada, os agentes públicos de segurança agem com descaso e desídia, eliminando o respeito aos direitos humanos, sendo assim um sério obstáculo à segurança pública do cidadão comum. Dessa forma desrespeitando os direitos básicos dos moradores, corroborando assim para que os mesmos fiquem sujeitos à crescente violência e criminalidade.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed. 2009.

BRITO, Daniel Chaves de. *Ambivalência e Medo: Faces dos Riscos na Modernidade*. In BRITO, Daniel Chaves de; BARP, Wilson José (Org). *Violência e controle social: reflexões sobre práticas de segurança*. NUMA/UFPA: Belém. 2005.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. 2008. “Existe violência sem agressão moral?”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23:135-146.

_____. 2011. “A dimensão simbólica dos direitos e a análise dos conflitos”. *Revista de Antropologia – USP*, 53:451-473.

CARDOSO, Marcus. *A Linguagem Dos Direitos E O Simbólico Nas Reclamações Dos Moradores De Favelas*”, *Confluências*, Vol. 14, N. 2. Niterói: Ppgsd-Uff, Dezembro, 2012.

_____. *Confusões e desrespeito: uma (re)interpretação possível das falas dos moradores de favelas*. *Anuário Antropológico*, v.39, n2, 2014.

FAVARETTO, Marcia Regina. BONAMIGO, Irme Salete. *A mídia de Chapecó e o consumo de equipamento de segurança*. Disponível em: <http://www.unochapeco.edu.br/static/files/trabalhosanais/Pesquisa/Gest%20C3%A3o%20e%20Pol%20C3%ADticas%20P%20C3%BA%20blicas/Marcia%20Regina%20Favaretto.pdf>. Acesso em 01/10/2013.

FELIX, Sueli Andruccioli. *CRIME, MEDO E PERCEPÇÕES DE INSEGURANÇA* *Perspectivas*, São Paulo, v. 36, p. 155-173, jul./dez. 2009

ZALUAR, Alba. 1994. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense. 2 ed.